



Belo Horizonte, 21 de novembro de 2012.

## **Controle Processual**

Processo n° 02030002057/11  
Requerente: Iolanda Diógenes Baêta  
Propriedade/empreendimento: Fazenda Capão do Rocha  
Município: Corinto

### **I - Do Relatório**

Iolanda Diógenes Baêta protocolizou, em 13/10/2011 junto ao NRRA/Curvelo requerimento para intervenção ambiental objetivando supressão de vegetação nativa com destoca em 42,79 ha para e 15,60ha para regularização da área de reserva legal.

O Parecer Técnico elaborado pelo analista João Paulo de Oliveira, constante do Anexo III, afirma tratar-se de área inserida no Bioma Cerrado, fitofisionomia de campo cerrado com ocorrência das espécies nativas típicas, tais como: Aroeira, Araticum, barbatimão, cagaita, capitão, faveira, gonçalo alves, jacarandá, jatobá, maminha de porca, mangaba, murici, pacari, paineira, pau bosta, pau terrinha, pequiheiro, pimenta de macaco, sambaíba, sucupira preta, tapicuru, tingui, tucaneira, unha d'antas, vinhático, dentre outras.

A Reserva Legal se encontra demarcada e averbada a margem da matrícula do imóvel n° 28.188, em uma área de 16,00 ha, não inferior aos 20% exigidos na legislação ambiental vigente.

Torna-se mister observar que o laudo de vistoria apresentado traz uma análise da Consulta realizada ao Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE) onde verificou-se que o grau de vulnerabilidade natural do imóvel mostrou-se alta, sendo assim, restou necessária a verificação dos aspectos ambientais da área para confirmação das avaliações de vulnerabilidade natural e prioridade de conservação conforme DN n° 130/2009. Neste sentido, através de análise pontual, a descrição da área apresentada pelo ZEE foi descaracterizada, pois, constatou que a área objeto deste Parecer é antropizada, já tendo sido efetuada supressão de vegetação anteriormente, caracterizando como cerrado em regeneração.

Por fim, o laudo técnico concluiu como passível de autorização a intervenção ambiental requerida referente a 36,40 ha de cerrado.

É o breve relato do processo. Passamos ao controle processual.

### **II - Do Controle Processual**



A análise do requerimento em questão foi feita com embasamento legal na Lei Estadual nº 14.309/2002 que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção a biodiversidade do Estado e outras legislações ambientais aplicáveis.

Quanto a intervenção ambiental proposta, nos termos do Decreto Estadual nº 45.968 de 23 de maio de 2012 que alterou o Decreto nº 44.667, de 3 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual de Política Ambiental COPAM – de que trata a Lei Delegada nº 178, de 29 de janeiro de 2007 e o Decreto nº 45.824, de 20 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, compete a Comissão Paritária – Copa a análise do mérito.

Neste sentido, temos:

***“Art. 42 - Os Núcleos Regionais de Regularização Ambiental têm por finalidade propor o planejamento e executar as atividades relativas à política estadual de proteção do meio ambiente e de gerenciamento dos recursos hídricos na respectiva área de abrangência territorial, competindo-lhes analisar, de forma integrada e interdisciplinar, os processos de regularização ambiental, articulando-se com os órgãos e entidades do SISEMA, nos processos relativos a: I - supressão de cobertura vegetal nativa com destoca ou sem destoca para uso alternativo do solo; II - intervenção em áreas de preservação permanente com ou sem supressão de vegetação nativa; III - destoca em vegetação nativa; IV - limpeza de área, com aproveitamento econômico do material lenhoso; V - corte e aproveitamento de árvores isoladas, vivas ou mortas, em meio rural; VI - coleta de plantas e produtos e da flora nativa; VII - manejo sustentável da vegetação nativa; VIII - corte e a poda de árvores em meio urbano, na hipótese do inciso II do art. 15 da Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011; IX - regularização de ocupação antrópica consolidada em Área de Preservação Permanente – APP; X - supressão de maciço florestal de origem plantada, com presença de sub-bosque nativo, com rendimento lenhoso; XI - supressão de maciço florestal de origem plantada localizado em áreas de reserva legal; XII - supressão de maciço florestal de origem plantada localizado em áreas de preservação permanente; XIII - autorização de queima controlada; XIV - regularização de reserva legal através da sua demarcação, relocação, recomposição, compensação ou desoneração, nos termos da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, e da Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; 6 7 XV - outorga do direito de uso dos recursos hídricos; e XVI - prestar apoio às Superintendências Regionais de Regularização Ambiental, quando solicitados.*”**

***§ 1º - Os Núcleos Regionais de Regularização Ambiental subordinam-se técnica e administrativamente às Superintendências Regionais de Regularização Ambiental.***

***§ 2º - Os processos de que tratam os incisos I a XII, quando envolverem supressão de vegetação nativa, deverão, após análise pelo Núcleo Regional de Regularização Ambiental, ser encaminhados para deliberação e decisão da Comissão Paritária respectiva, conforme disposto em Deliberação do COPAM.***

***§ 3º - Na hipótese de não ocorrer supressão de vegetação nativa, os processos de que tratam os incisos I a XII deverão, após análise pelo Núcleo Regional de Regularização Ambiental, ser decididos pelo Superintendente Regional de Regularização Ambiental.”***

Corroborando o exposto, a Deliberação COPAM nº 435 de 26 de junho de 2012, abarcou a nova organização das Comissões Paritárias – Copas, e trouxe a seguinte definição:



**Art. 1º - As Comissões Paritárias - Copas são unidades deliberativas encarregadas de analisar, no âmbito de sua atuação territorial, os pedidos de supressão de cobertura vegetal nativa não integrados ao processo de licenciamento, com suporte dos Núcleos Regionais de Regularização Ambiental e das Superintendências Regionais de Regularização Ambiental - Supams, ressalvados os pedidos relativos a árvores isoladas, queima controlada e limpeza de pastagem, de acordo com volumetria definida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam.**

Por fim, no que concerne a documentação acostada no processo, verifica-se que os documentos necessários à instrução processual apresentados se encontram em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis ao presente caso.

Quanto às medidas mitigadoras e compensatórias, acompanhamos as indicações relatadas no anexo III, devendo a requerente após a exploração da área, evitar que o solo fique exposto a intempéries climáticas, implantando medidas de conservação do solo como: construção de curva de nível e bacias de contenção para reter as partículas do solo e promover a infiltração da água. Preservar (proibido corte qualquer que seja o porte das árvores) na área de supressão da cobertura vegetal nativa com destoca as espécies protegidas por lei, imune de corte e ameaçadas de extinção tais como: Aroeira, jacarandá, jatobá, pequizeiro, gonçalo alves, vinhático, sucupira preta, e espécies frutíferas como: araticum, cagaita, mangaba e murici. A proprietária deverá efetuar o aceiro em volta da área de reserva legal com objetivo de proteção a incêndios florestais. A proprietária deverá respeitar 30 metros às margens das áreas de preservação permanente e as divisórias da reserva legal para promover a proteção natural. Deverá ser preservada uma área de proteção a espécie Pequi, com raio de 15 metros a partir do tronco das árvores, assim como todas as árvores protegidas inseridas nestas áreas. Realizar o uso alternativo do solo implantando Silvicultura de Eucalipto.

### **III - Conclusão:**

Diante disso, conclui-se pela possibilidade de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, tal como autorizada, ou seja, 36,40 ha para implantação de silvicultura, devendo ser observadas, para tanto, o atendimento das medidas mitigadoras.

**Cristina Campos de Faria**  
Coordenadora dos Núcleos de Regularização Ambiental  
NRA BH

**Márcia Regina Barletta Paiva**  
Consultora Jurídica  
MASP 1.201.331-2

**Bruno Malta Pinto**  
Diretor de Controle Processual  
MASP 1220033-3